

Congresso **Planalto planeja atrasar recesso de parlamentares**

BRASÍLIA — O governo está convencido de que as eleições municipais vão esvaziar o Congresso. "Depois de agosto, a campanha eleitoral vai parar o Legislativo", prevê o líder governista no Senado, Marco Maciel (PFL-PE). Com o objetivo de esticar por um mês o trabalho dos congressistas, está sendo preparada no Palácio do Planalto uma estratégia para adiar o início das férias de deputados e senadores até o final de julho. O governo pretende atrasar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sem o que os parlamentares não podem entrar em recesso, de acordo com a Constituição.

Esta estratégia, batizada de "semestrão", pretende garantir mais tempo ao ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, em suas negociações com parlamentares para obter aprovação dos projetos considerados prioritários, vários deles engavetados há mais de um ano por falta de apoio político. O governo espera reverter esta situação depois de a reforma ministerial ter distribuído cargos aos partidos aliados.

Bornhausen trabalha em duas frentes para suprir as expectativas do presidente Fernando Collor. Na Câmara, o ministro tenta atrair para a base de sustentação do Planalto dois partidos: o PRS, do governador de Minas, Hélio Garcia, e o PST, presidido pelo ex-governador do Paraná Álvaro Dias. Por outro lado, diante da dificuldade de formalizar maioria no Congresso, Bornhausen negocia com partidos da oposição para aprovar pontos específicos.

A meta do governo é ver aprovados ainda neste semestre a criação de dois novos impostos sobre os combustíveis e sobre o saldo devedor do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) — que dependem de emenda constitucional — e um ajuste fiscal, ainda em estudo. Bornhausen quer aprovar também projetos polêmicos como a Lei de Propriedade Industrial.

Na avaliação dos líderes do governo, será mais fácil votar os projetos para regulamentar a exploração dos serviços públicos pela iniciativa privada por meio de concessão. A proposta é apoiada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e pelo governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB).